



HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional
de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. I

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

1998

O autoritarismo no imaginário político paranaense (1930-1945)

Luiz Carlos Ribeiro
Universidade Federal do Paraná

O objetivo do presente artigo é apresentar e discutir dois momentos de consolidação do discurso autoritário dos anos 30/40. O primeiro discutindo o processo da Revolução de 30. O segundo, já nos anos 40, analisando a implantação do projeto político de industrialização elaborado pelas elites industriais, principalmente paulistas, mas em consonância com a centralização do regime varguista.

Esses dois momentos serão analisados tendo como perspectiva os interesses das elites paranaenses. Interessa-nos, portanto, tendo em vista o processo de reordenamento político brasileiro desde os anos 20 – a crise da Primeira República –, compreender o envolvimento dessas elites na formulação do projeto hegemônico autoritário brasileiro do período.

Tomando como ponto de partida a existência desse projeto hegemônico e centralizador, nossa inquietação inicial diz respeito ao nível de envolvimento das elites regionais paranaenses seja na sua elaboração, seja na sua consolidação/difusão.

Tendo claro que não se constituiu de um projeto homogêneo nem no esboço inicial – a crise dos anos 20, a Revolução de 30 e os momentos imediatos –, nem no seu momento mais consolidado – o do Estado Novo –, interessa-nos discutir alguns aspectos da

luta política entre os setores *hegemônicos* e *não-hegemônicos* da elite nacional na formulação do ideário autoritário dos anos 30/40.

A ideologia autoritária do período Vargas não se constituiu de uma única matriz doutrinária. Sem dúvida desenvolveu-se ao longo dos anos 10/20 uma cultura autoritária na experiência ocidental capitalista de que as elites brasileiras demonstraram pleno conhecimento. Contudo, não é possível reduzir simplesmente uma à outra. Pelas condições do desenvolvimento econômico e social, a experiência brasileira tem a sua singularidade.

O fato é que os reordenamentos impostos pelo capital desde o final do século XIX, ao mesmo tempo em que contribuíram para consolidar uma elite nacional e com ela o próprio do Estado Nacional, não determinaram a existência de uma ideologia monolítica. Pelo contrário, quando a observamos mais de perto, o que verificamos é uma eterna construção. Se na esfera mais próxima ao poder central essa doutrina aparece com algum grau de consolidação, ela assim se manifesta exatamente como uma estratégia de ocultamento de outros projetos de poder¹.

O que se observa é um processo da convivência contraditória do *projeto nacional* (o universal da política brasileira) com as políticas regionais. Resta discutir, portanto, o quanto estas, mesmo possuidoras de identidades próprias, estão presentes naquele. Há nessa relação do nacional com o regional um duplo jogo: de um lado, elites regionais hegemônicas na economia brasileira exercitam num mesmo movimento a produção e difusão do seu projeto político, procurando se instalar como nacional, interferindo, modificando ou silenciando outros projetos; de outro, elites não-hegemônicas, se não têm a pretensão de ser *nacionais*, procuram se legitimar enquanto identidade regional, interferindo necessariamente no nacional.

Estabelece-se, portanto, uma interação de conflito/acomodação entre a elite e o projeto político – que se pretendem nacionais – e os interesses regionais. Por esse viés, a consolidação de uma “política nacional” não pode ser vista como uma ação exclusiva

das elites hegemônicas. Deve ser vista como resultado de um conjunto complexo de relações, não só entre as elites regionais, mas como um *movimento cultural* que envolve a totalidade da sociedade. É no interior dessa relação que elites e projetos políticos – nacionais e regionais – se constroem e ganham legitimidade e representação.

De todo modo, no período aqui destacado, apesar da força ideológica com que se procurou forjar uma política oficial representando o Estado e os interesses do grande capital industrial, é claro que não se pode falar na existência de uma política monolítica. Mesmo no período mais autoritário do Estado Novo, “o que se verifica é a presença de variações significativas que traduzem um certo ecletismo em suas propostas”². O que há, enfim, é uma *memória histórica hegemônica* que fixa e cristaliza um conceito de regime político, procurando não deixar transparecer no seu interior as diferenças e as contradições dos interesses regionais e setoriais da economia e da sociedade brasileira. Mas o fato é que os interesses políticos regionais, ao mesmo tempo em que constroem suas identidades, alimentam e reforçam o *projeto nacional*.

CRISE E AUTORITARISMO NOS ANOS 20

Daniel Pécaut nos oferece uma análise instigante a respeito do comportamento político da elite brasileira desse período. Apesar de seu estudo centrar-se na atuação dos intelectuais, suas conclusões podem ser utilizadas na análise da elite de um modo geral.

Os anos 20 são marcadamente um momento de profunda reflexão para a elite brasileira. Compõem o cenário dessa reflexão as profundas mudanças na economia e na política mundial que impõem às elites nacionais novas regras de comportamento. Entre essas mudanças encontram-se os efeitos sociais e urbanos da expansão do complexo cafeeiro e, ao mesmo tempo, o esgotamento dessa economia que trouxe consigo a ruptura no poder oligárquico que dava sustentação ao regime liberal de 1891. No limite dessa tensão encontram-se os “tenentes”, as classes traba-

lhadoras urbanas e os interesses heterogêneos das elites regionais, até então sufocados pela eficiência da “política dos governadores”.

Para Pécaut, portanto, a crise do modelo econômico e político que definia a Primeira República, somada às aceleradas pressões do capital internacional, provocou uma desordem e uma instabilidade interna. Obrigou as elites intelectuais e políticas, além de responder aos seus interesses próprios e imediatos, a repensar e reordenar a sociedade como um todo. A defesa de seus interesses levou essas elites a pensarem o seu tempo e a se assumirem como classe dirigente. Essa ação expressou uma conversão ideológica e um voltar-se à ação política³.

Mais que defensivas ou passadistas, suas estratégias foram ofensivas, constituindo-se numa espécie de recriação institucional, seja entre os militares, a Igreja, o ensino, o aparelho de Estado etc. É um movimento, portanto, em que ao mesmo tempo em que (re)pensa o nacional e o Estado, se institui como uma classe dirigente. Encontramos uma elite que atribui para si um papel messiânico de salvar a vida nacional⁴. De tal modo esse processo se imbrica que a memória dessa elite confunde-se com a própria nação. Sua intenção é a de que não se possa reconhecer a nação fora dessa memória.

Logo, no sentido dessa reordenação é produzido um discurso elitista, centralizador e autoritário. Referindo-se à formação dessa elite, Júlio de Mesquita Filho, do jornal *O Estado de São Paulo*, afirmava em 1925:

Formular o problema brasileiro é tarefa a que só os espíritos superiormente dotados e cultivados se poderão abalarçar (...) filtrados através dos vários estratos que constituem normalmente uma sociedade organizada e perfeitamente articulada, a ação das elites intelectuais, formadas no cadinho dos centros superiores, refletir-se-á na consciência popular.⁵

A CONJUNTURA DE 30

O desejo de reordenamento da sociedade como um todo é um fenômeno da crise de um determinado modelo hegemônico de ordem econômica e política: a sociedade estruturada no complexo cafeeiro.

Interessa compreender como esse projeto de reordenamento se define enquanto nacional, lendo-o não só a partir do interesse das elites hegemônicas diretamente ligadas ao desempenho do café, mas também da ótica de uma de suas principais interlocutoras, as elites regionais – no caso, as elites da sociedade paranaense. Em suma, interessa estudar a participação da elite paranaense na configuração de uma ação política nacional em seus momentos cruciais: a conjuntura política da Revolução de 1930 e a consolidação do discurso industrializante no Estado Novo.

Nesses termos, a crise do complexo cafeeiro que demandava um reordenamento não tocava direta e imediata a economia paranaense. Paradoxalmente, as dificuldades paulistas com o plantio e comercialização do café produziram a ocupação do norte do Paraná: desde o começo do século – mais precisamente a partir da década de 20 – a região vinha sofrendo uma frente de ocupação cafeeira, originária de São Paulo.

Paradoxalmente porque a frente agrícola despertava pouquíssimo interesse nas elites tradicionais do Paraná, muito mais ligadas à economia do mate, da madeira e de criação do gado. Como os efeitos da expansão sobre o norte paranaense ainda eram incipientes, o comportamento da elite regional era de relativo desconhecimento do que ocorria na região. Havia, sem dúvida, um mal-estar sobre o que era considerado uma ingerência paulista no território paranaense. Aliás um “imperialismo” que foi denunciado até os idos da década de 70.

Assim, se a crise do complexo cafeeiro parecia não tocar diretamente os interesses da elite paranaense, qual foi efetivamente sua participação no processo de reordenamento engendrado na conjuntura de 30?

A leitura que fizemos de parte da documentação sobre a participação política paranaense na chamada Revolução de 30 nos permitiu tirar algumas conclusões. Conclusões sem dúvida parciais tendo em vista nos encontrarmos ainda em processo de levantamento e análise das fontes.

A primeira impressão que nos salta à vista é a não explicitação de um embate específico regional, ou o envolvimento mais intenso de lideranças locais no processo. O discurso das principais fontes consultadas reproduz o embate político entre as oligarquias hegemônicas nacionais, ou seja, num primeiro plano as oligarquias paulistas e mineiras e, num segundo, as do Rio Grande do Sul. O embate local se define entre os partidários do governo de Washington Luís – o Partido Republicano Paranaense, ou conservadores – e os partidários da oposição, denominados a partir de agosto de 1929 de “aliancistas” (Aliança Liberal, composta a partir das dissidências do próprio bloco governista).

260 As repetidas alusões a essas lideranças políticas reforçam e legitimam o quadro do cerimonial de poder, ou seja a legitimação da política “café com leite” dos governadores de São Paulo e Minas Gerais. Mesmo quando as criticam, as reconhecem como portavozes do poder nacional.

Desse modo, ao incorporar o discurso de mudança dessas lideranças nacionais, reconhecem e legitimam o processo de reordenamento, princípio da crise do complexo cafeeiro: a reforma constitucional, o voto secreto, o fim da corrupção

Ou seja, as lideranças locais não chegam a manifestar um interesse mais elaborado no processo de reordenamento diante da crise do complexo cafeeiro. Contudo, percebem o momento como propício para ampliar seu poder de barganha, dentro ainda da tradição oligárquica de disputa de poder. Nesse sentido, a crítica dos opositoristas era a da subserviência das elites locais, como nos revela trecho do documento de Brasil Pinheiro Machado.

Tempos de anteontem e de hoje, os círculos oficiais são os mesmos.

O mal do Brasil, não será, talvez, a forma de governo, mas o vício hereditário dos homens de governo.

E em estados como o Paraná este mal toma um caráter mais profundo, devido a fatores a eles inerentes.

A sua falta de importância nas balanças governamentais da União, faz de seus governos um mecanismo inteiramente submetido a interesses de governos de Estados mais fortes, para cujo apoio sacrificam todo o trabalho e toda a ação que, se fossem aplicadas em rumos administrativos e econômicos, lhes assegurariam muito melhor do que aquela submissão, o equilíbrio do poder.⁶

O “equilíbrio do poder”: era isso que reclamavam setores da oligarquia paranaense, mesmo sabendo serem uma força menor na disputa do poder nacional.

No Paraná, as eleições de 1º de março de 1930 deram uma vitória significativa para as forças conservadoras. Com o apoio do governador Afonso Camargo, os candidatos a deputado e senador pelo Partido Republicano Paranaense e o candidato situacionista à presidência da República, Júlio Prestes, foram largamente vitoriosos. Como em todo o Brasil, foi uma vitória evidentemente contestada pela oposição “aliancista”, com a acusação de corrupção eleitoral.

Os temas debatidos no processo eleitoral que culminou com a deposição do presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930 pela Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas, eram os mesmos: a corrupção eleitoral, com situacionistas e oposição acusando-se mutuamente; a crise generalizada, na economia e na política do país.

Já em 1928, o jornal *Gazeta do Povo* fazia severa crítica à “situação”, acostumada a revezar-se no poder, a tratar as eleições com desdém e a continuar oprimindo a população. Define a política situacionista como uma “política de compradesco a fazer a felicidade de ditosos grupos familiares, enquanto o povo (...) sofre cada vez mais”⁷.

A explosão oposicionista no Paraná acontece quando o presidente Washington Luís rompe com o acordo com o Partido Republicano de Minas Gerais – que pretendia fazer a sucessão –, e

lança o governador por São Paulo, Julio Prestes. Referindo-se à oligarquia governista, afirma o presidente:

A oligarquia toda poderosa, dispondo do Tesouro e da força pública, absolutamente submissa, nada teme e está disposta a esmagar, no nascedouro, qualquer resistência a seus propósitos.⁸

Identicamente, para a oposição a ação dessas lideranças são as suas referências. Por exemplo, é incansável a postura de crítica do jornal *Diário da Tarde* – ligado aos republicanistas paranaenses –, ao se referir a figuras como Antonio Carlos P. de Andrada, de Minas Gerais, João Pessoa, da Paraíba e Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, entre outros. Frases como as seguintes aparecem constantemente no período pesquisado:

Vitoriosos, os aliados haveriam de prolongar por todo o imenso território pátrio o regime de terror que seu grande 'líder' Antonio Carlos criou em Minas. Vitoriosos, fariam do Brasil uma imensa feitoria dominada pelos homens que levaram o Rio Grande ao desespero de uma revolução dificilmente jugulada pela espada do sr. Flores da Cunha.⁹

Mas em um aspecto tanto situação quanto oposição pareciam estar de acordo, a necessidade de reformar a Constituição brasileira:

Passada porém, que foi a onda excessivamente idealista que dominou a mentalidade política brasileira nas primeiras décadas após a proclamação da República, começamos a compreender hoje que a obra dos constituintes republicanos perdera demasiadamente de vista as nossas condições próprias e realizara uma obra de majestosa beleza ideal mas pouco adequada ao povo cujos destinos iria reger.¹⁰

E o revisionismo constitucional tinha uma inspiração elitista e centralizadora muito clara: "Desde Alberto Torres, o grande mestre de 'Organização Nacional', até Oliveira Vianna, no seu recentíssimo e excelente 'Problemas da Política Objetiva'"¹¹

À medida que o movimento recrudescer com a insatisfação dos resultados oficiais das urnas, aparece e se torna voz corrente o tema da revolução. Nesse contexto, o o tradicional jornal *Gazeta*

do Povo – sem dúvida um dos mais legítimos porta-vozes da oligarquia paranaense –, acusado de “revolucionário”, assume e define sua concepção de revolução:

Revolução: diz-se particularmente do levantamento ou insurreição política a mais memorável que se dá num país e que estabelece uma ordem de coisas durável e relativamente benéfica.

Visto isso, a *Gazeta do Povo* nenhuma dúvida tem em ser taxada de revolucionária. (...) A *Gazeta do Povo*, interpretando o sentir da opinião pública do Paraná e uníssona com o estado de ânimo do Brasil inteiro, acha a ordem atual de coisas da política nacional profundamente malefica e detestável, não devendo e não podendo continuar a durar mais tempo. Assim sendo, a *Gazeta do Povo*, como também as consciências liberais do Brasil, aspira a uma nova ‘ordem de coisas durável’ para o país: (...)

Somos e fomos um jornal conservador tendo sido e sendo um jornal revolucionário. A revolução que nos tenta, empolga e arrasta, a revolução que continuamos sempre pregando é a dos espíritos contra a miséria da situação nacional vigente, é a das opiniões contra aqueles que não souberam conservar ‘durável e benéfica’ a ‘ordem de coisas’ estabelecidas em 15 de Novembro.

Com planos bélicos, com objetivos de violência ou, simplesmente, com finalidades doutrinárias e atuação pacífica, somos todos hoje, uns e outros, no Brasil, revolucionários e revoltados.¹²

Para o jornal, portanto, a revolução se justificava, a força se legitimava pela incapacidade das elites governamentais em cumprir os preceitos da representação e do pacto social, garantidores da ordem social. O que o jornal reclamava – nos termos, aliás, propostos por Pinheiro Machado – era a instituição de uma elite capaz de restituir essa ordem.

Resulta, enfim, que se as elites paranaenses por um lado não são porta-vozes de nenhuma proposta alternativa de reordenamento – até porque a crise do complexo cafeeiro não as atinge diretamente –, elas alimentam com a sua participação a tese da dança das oligarquias. Na medida em que não possuem uma proposta efetiva de reordenamento da ordem política, não chegam a propor o fim do regime oligárquico, pois, afinal, sentem-se muito à vontade nele.

NOTAS

- ¹ CHAUÍ, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista". In *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo, CEDEC, 1978; DE DECCA, Edgard. 1930. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense.
- ² GOMES, Angela Maria de Castro. "O redescobrimto do Brasil". In OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alii. *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 110.
- ³ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990, p. 21.
- ⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alii. *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 10.
- ⁵ Apud: CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 146.
- ⁶ PINHEIRO MACHADO, Brasil. "Instantaneos Paranaenses". In *A Ordem*. Orgão do Centro D. Vital. Rio de Janeiro, ano X, nº 5 (Nova série), fev. 1930, p. 133.
- ⁷ *A Gazeta do Povo*, 26/07/1928
- ⁸ *Gazeta do Povo*, 02/12/1928.
- ⁹ *Diário da Tarde*, 22/01/1930.
- ¹⁰ *Diário da Tarde*, 07/05/1930.
- ¹¹ *Idem*.
- ¹² *Gazeta do Povo*, 02/09/1930.